



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11087 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21/GT 23 - Educação, Gênero, Etnia e Sexualidade

NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO PERÍODO DE 2003 A 2020

Laercio Farias da Costa - Universidade Federal do Pará (UFPA) - EDUCANORTE - PGEDA

Wilma de Nazaré Baía Coelho - UFPA - Universidade Federal do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO PERÍODO DE 2003 A 2020

Introdução

Este texto objetiva discutir as produções acadêmicas que tematizam a *Educação Quilombola* no Brasil, atendendo à sua confluência com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), no período de 2003 a 2020. E, especificamente, identificar e mapear seus temas recorrentes e emergentes, bem como os seus apontamentos. O material foi extraído do Banco de Teses e Dissertações da CAPES; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Portal de acesso livre da CAPES e no portal da *SCIELO* Brasil – *Scientific Electronic Library*, registrando a marca de 178 (cento e setenta e oito) trabalhos em educação, sendo 53 (cinquenta e três) artigos qualificados entre A, B e C; 104 (cento e quatro) dissertações e 21 (vinte e uma) teses.

Assim, em primeiro lugar, destacamos o significado de *quilombo* resguardando a sua ancestralidade a qual refere-se ao resultado de uma longa história de conflitos por poder, cisão de grupos, migrações em busca de novos territórios e alianças políticas entre grupos alheios (ALMEIDA, 1998). Neste cenário, nos ancoramos no conceito legal de comunidades *remanescentes de quilombo* (BRASIL, 2003), destacando que um dos principais elementos a serem considerados em seu processo educativo é o *princípio da diversidade*, subsidiados pelas formulações de (HASENBALG E SILVA, 1992), ou seja, em considerar que, embora existam elementos comuns entre si, como a relação com a terra em uma dimensão educativa, os quilombos e as pessoas que neles habitam têm especificidades relacionadas à região, à

cultura (CANCLINI, 1997) e à religião que os particularizam, destacando a *ancestralidade negra* (GOMES, 2003) em seu significado *racial* que deve ser considerado em seu *construto* socioeducativo (GUIMARÃES, 2002).

Para consubstanciar a construção da *Educação Escolar Quilombola*, inserem-se no debate a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/1996, ao reconhecerem as contribuições das diversas manifestações culturais na formação do país, com ênfase nas matrizes indígena, africana e europeia. Estas orientações ganham força legal ao serem implementadas pela Lei Nº 10.639/2003 e a Lei Nº 11.645/2008, como políticas educacionais de Estado, no que tange à obrigatoriedade da inclusão, nos currículos da Educação Básica, em todas as esferas, da História e Cultura afro-brasileira e africana e dos povos indígenas; pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024); o Parecer CNE/ CEB Nº. 16/2012 prevê orientações conceituais necessárias para a construção das diretrizes educacionais quilombolas dentro da especificidade de cada Comunidade Remanescente de Quilombo; bem como, em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, as quais preconizam a culminância parcial de um debate extenso que trafega pelas dimensões social, econômica, histórica, política e cultural.

Diante deste cenário, discutir este tema nos parece oportuno por considerarmos, tal como Shirley Miranda já aponta em 2018 (SILVA *et al*, 2018) que, esta modalidade educacional está inserida em um *campo* de disputas ideológicas e é atravessada por representações sociais negociadas ou contestadas sob a égide de um conhecimento ocidental eurocêntrico. Desta forma, o “Estado do Conhecimento” torna-se necessário, pois conhecer os estudos anteriores do *campo* configura-se basilar para a *prospecção* de qualquer pesquisa científica. Neste sentido, apresenta-se como questão a ser enfrentada neste texto: em que medida a *Educação Escolar Quilombola* incorpora o que denotam as DCNEEQ, a partir das produções acadêmicas?

Método

Para enfrentarmos o objetivo proposto neste trabalho, os dados foram inventariados a partir das formulações sobre “Estado do Conhecimento” (MOROSINI; FERNANDES, 2014), identificando a dinâmica temática das publicações no recorte temporal. A partir das orientações de Laurence Bardin (2016), sobretudo às regras da exaustividade empreendendo o exercício de leitura flutuante qualificada, para reconhecer a inteireza da temática. Neste contexto, acionamos as noções conceituais de Bourdieu (1989) para refletirmos sobre o *campo* no qual ocorre a politização das relações étnico-raciais no Brasil, marcado pela luta em prol das demandas educacionais frente à assistência institucional relegada a esta categoria (GONÇALVES; SILVA, 2000) a qual coloca-se como uma importante experiência de esclarecimento social, que corrobora para a entrada do movimento quilombola em um campo, o qual, a despeito de se constituir uma arena complexa, é necessário compreender para a

constituição de um *habitus*. Tal assertiva nos auxilia na reflexão da temática educação quilombola e seus processos relativos aos prejuízos historicamente acumulados em relação a esses agentes, os quais reclamam por desenvolvimento e implementação de políticas públicas de formação específica, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, legitimando sua presença na fundação cultural do país (GOMES, 2017). Pensar pedagogicamente sobre essas dimensões amplia possibilidades de subversão em todas as esferas formativas nas quais esses agentes se inserem.

Desta forma, adentramos a *exploração do material* coletado, submetendo-o a um processo de codificação, definindo os referenciais teóricos e esclarecendo os elementos de pesquisa por meio da identificação dos conceitos recorrentes para delimitar as unidades de registro (perceptíveis), dentro das unidades de contextos (interpretadas) presentes nos documentos. Esta etapa evidenciou a necessidade de organizarmos dois eixos temáticos articulados com os nossos descritores, quais sejam, *Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola*, de modo a constituir um amadurecimento teórico do material e elucidar a sua classificação em unidades categóricas que se mostram proeminentes, com base em Laurence Bardin (2016).

Discussão e Resultados

Ao situarmos a organização da empiria no eixo/descritor *Educação Quilombola* podemos inferir que, conceitualmente, de acordo com as pesquisas, a *Cultura* constitui uma categoria dinâmica e intercambiada nas comunidades por meio da educação formal e não formal (SOUZA, 2009). A *Identidade* se relaciona organicamente com a significação da *Cultura* e do *Território* ocupado pelas comunidades e, assim, os *Saberes Tradicionais* como referência fundante da ancestralidade, se reinventam frente ao seu repasse por via da oralidade, de geração em geração, engendrando a luta em prol da legitimidade de suas formas de organização e relação com a religiosidade e com o mundo material (ARAÚJO, 2019).

Dentro do eixo/descritor *Educação Escolar Quilombola* o *Currículo*; o *Projeto Político Pedagógico* e o *Livro Didático* figuram como documentos a serem problematizados. Os trabalhos destacam denúncias acerca do aparelhamento institucional que impede de transgredir uma narrativa colonial para promover a ancestralidade afro-brasileira em uma dimensão filosófica na estrutura nos referidos documentos (MACEDO, 2008). Logo, a *Formação de Professores* apresenta-se como frágil e pouco explorada, pontuando a necessidade de ouvi-los e procurar aperfeiçoar os *Currículos* dos cursos de licenciatura a partir do real, das necessidades e potencialidades apontadas pelos educadores (SANTOS, 2011). Nesta dimensão, ressalta-se que a Universidade, como *locus* de formulação e socialização de conhecimento, de *Formação de Professores(as)*, de pesquisa, ensino e extensão, deva efetivar um diálogo entre os sujeitos deste processo, sem, com isso, correr o risco de repassar um conhecimento e ocultar outros (SILVA, 2012). Desta forma, precisa-se legitimar o potencial apresentado pela parceria entre a Universidade, a Escola Básica e as

comunidades tradicionais, na construção de um processo que legitime os “saberes da formação acadêmica, os saberes da prática, da experiência, da vivência educativa que ganham validade como guias da *práxis* e definidor do *habitus* da profissão” (CONTRERAS, 2002, p. 329). Este reconhecimento é necessário para superar as compreensões ideológicas instauradas no imaginário coletivo, e pensadas por grupos que historicamente dominaram – e dominam – nossa sociedade (COELHO; SOARES, 2016).

As DCNEEQ apresentam-se como epicentro do debate para entender a elaboração de *Projetos Políticos Pedagógicos*, os quais, para superar o racismo estrutural e valorizar a cultura ancestral, reclamam articulação com o real sentido da Escola e com as dimensões econômicas e morais do trabalho e da cultura quilombola. Os impasses encontrados quanto à elaboração de outras políticas públicas educacionais, em esferas regionais, são objeto de denúncias (CRUZ, 2012) pelo fato de não preza-rem por um diálogo efetivo e pleno entre o governo e as comunidades tradicionais quilombolas e, sim, mediações várias, de um ao outro, sem uma interação sistemática e eficiente. Somado a isto, a inoperância do que preceituam as DCNEEQ é resultado, em certa medida, da forma protelada, improvisada e fragmentada com que as políticas públicas para a Educação Escolar Quilombola têm sido tratadas nas esferas governamentais, forma esta que é subsidiada pelas diretrizes neoliberais que orientam as políticas de austeridade, endossadas pela bancada ruralista que ocupa o parlamento nacional (SANTOS, 2013).

Assim, as produções acadêmicas avançam ao denunciar que as Escolas, pouco, ou não colaboram, com o processo de construção da *Identidade* quilombola. Esta afirmação fundamenta-se na fragilidade de interação orgânica com a temática étnico-racial, tornando-as “questões acessórias”, e não estruturantes na formação docente (W. COELHO; M. COELHO, 2018). Dentro desta zona de embate político, econômico e cultural, os *operadores do direito* que produzem uma fala marcada pela linguagem jurídica, subsidiados pelos *novos senhores do mundo*, detentores dos meios de produção (FRIGOTTO, 1995), influenciam os direcionamentos das políticas públicas educacionais referentes aos grupos culturalmente diferenciados, endossando um projeto neoliberal em curso no país e, que *refrata* ou *retraduz* (BOURDIEU, 1989) as suas diretrizes no *campo* científico educacional.

Conclusões

A empiria nos alerta – em concordância com as produções acadêmicas – sobre a complexidade em reconhecer como as comunidades quilombolas do Brasil forjam suas identidades por meio de seus processos políticos, culturais, sociais e territoriais. Desta forma, tendo em vista nosso objetivo e a questão proposta, inferimos que no espaço Escolar – apesar dos avanços em termos de legislação educacional – a naturalização da situação subalterna das comunidades ainda se constitui um fator que demanda reflexão nas Escolas quilombolas que, sob influência de uma temporalidade ocidental e eurocêntrica, sob o comando do código do capital, historicamente vêm promovendo uma visão folclorizada e genérica da Cultura.

Fomentando aquilo que Michael Hanchard refletiu sobre estereótipos relativos à escravidão, os quais efetivam e legitimam a “hegemonia do discurso de democracia racial [...] impedindo a identificação de padrões de violência e discriminação específicos da questão racial ao desconsiderar os processos históricos variados que engendraram e engendram o país.” (HANCHARD, 2001, p. 121).

Para isto, recomenda-se que as produções acadêmicas ampliem um debate já consolidado sobre análises de currículos específicos e práticas pedagógicas e os articulem junto ao reconhecimento do que já fora produzido (as legislações específicas; as políticas implementadas e as experiências adquiridas nesta área) para depurar e sinalizar o que pode se constituir como referências fundantes para a construção efetiva desta modalidade educacional.

Palavras-chave: Educação. Escola. Quilombo. Estado do Conhecimento.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Introdução; Quilombos: terra e problema. In: Projeto vida de negro. **Jamary dos pretos: terra de mocambeiros**. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 LDA, 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 de setembro 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 maio 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de dezembro 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 10 maio de 2021.

BRASIL. **Decreto Executivo Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei N. 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 de janeiro 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a

obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 29 jun.2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 16, de 5 de junho de 2012**. Elabora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 maio 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB N.º 8, de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavirus**. Brasília, 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARREIRA. Denise. **Igualdades e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das Diversidades do governo Lula e Dilma**. 2015. 508 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2015.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/31339/20047>. Acesso em 27 jun.2021.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. As Licenciaturas em História e a Lei 10.639/03 - percursos de formação para o trato com a diferença? **Educação em Revista**. [online]. Belo Horizonte, v. 34, e192224. jul, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hvnLnRX7NpxPqJ9YqrBBQHG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 25jun.2021.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenila Brito. Formação continuada e a implementação da lei nº 10.639/2003: diálogos entre a universidade e a escola básica. **Revista ABPN**, v. 8, p. 69-96, 2016. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1490041860_ARQUIVO_ArtigoANPUHW Acesso em: 20 mai. 2021.

CONTRERAS, José. **A Autonomia de Professores**. São Paulo: Cortes, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. N. 23 maio/jun/ago., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDJbxc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz. Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 15, n.15, p. 134-158, set./dez., 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun.2021.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: 34, 2002.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. **Educar em Revista [online]**. Curitiba, v. 34, n. 69, p. 193-207, maio/jun., 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/2435/showToc>. Acesso em: 3 jul.2021.

MOROSINI; Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez., 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 26 jun.2021.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida de. (orgs.). **Educação das Relações Étnico-Raciais: o estado da arte**. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018. Disponível em: <http://abre.ai/aK19>. Acesso em: 20 maio. 2021.

SILVA. Tomás Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Dissertações e Teses citadas

ARAÚJO. Laís Gois de. **A Prática Educativa da Mandiocada nas Comunidades Quilombolas Tabuleiro dos Negros e Sapé - Alagoas**. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2019.

CRUZ. Cassius Marcelus. **Trajatórias, Lugares e Encruzilhadas na Construção da Política de Educação Escolar Quilombola no Paraná no Início do III Milênio**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2012.

MACEDO. Dinalva de Jesus Santana. **O Currículo Escolar e a Construção da Identidade Étnico-Racial da Criança e do Adolescente Quilombola: um olhar reflexivo sobre a auto-estima**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, BA, 2008.

SANTOS. Cynthia Adriádne. **Educação e escolarização quilombola: construções político-pedagógicas em Brejo dos Crioulos – MG**. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília. Brasília, DF, 2013.

SANTOS. Glezia Kelly Costa. **As Comunidades Quilombolas do Campo em Sergipe e os Desafios da Formação Docente**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2011.

SOUZA. Márcia Lúcia Anacleto de. **Educação e Identidade no Quilombo Brotas**. 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009.